

Alerta Legislação, nº 28, de 14 a 19 de julho de 2014
Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
17/07/2014	<p><u>DECRETO Nº 8.287, DE 16 DE JULHO DE 2014</u> Promulga o Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, firmado em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2004.</p>
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional (CN)	<p><u>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 82</u> Inclui o § 10 ao art. 144 da Constituição Federal, para disciplinar a segurança viária no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 29, DE 2014</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 649, de 5 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 6 de junho de 2014, que "Altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor quanto à carga tributária incidente sobre mercadorias e serviços", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 15 de julho de 2014 Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 28, DE 2014</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 648, de 3 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 4 de junho de 2014, que "Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e dispõe sobre a flexibilização do horário de transmissão do programa oficial de informações dos Poderes da República, durante a Copa do Mundo FIFA 2014", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta</p>

	<p>dias. Congresso Nacional, em 15 de julho de 2014 Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 27, DE 2014</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 647, de 28 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 29 de maio de 2014, que "Dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 15 de julho de 2014 Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 26, DE 2014</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 646, de 26 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 27 de maio de 2014, que "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 15 de julho de 2014 Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>
<p>Presidência da República (PR)</p>	<p>ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) <u>PORTARIA Nº 247, DE 14 DE JULHO DE 2014</u> Regulamenta o parcelamento extraordinário de que trata o art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, em virtude da edição da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, e da Medida Provisória n.º 651, de 9 de julho de 2014, e dá outras providências.</p> <p>CONSELHO DE GOVERNO → Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) <u>RESOLUÇÃO Nº 45, DE 11 DE JULHO DE 2014</u> Aplica direito antidumping provisório, por um prazo de até 6 (seis) meses, às importações brasileiras de vidros planos flotados incolores, originárias do Reino da Arábia Saudita, da República Popular da China, da República Árabe do Egito, dos Emirados Árabes Unidos, dos Estados Unidos da América e dos Estados Unidos Mexicanos.</p> <p>CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU) <u>PORTARIA Nº 1.529, DE 11 DE JULHO DE 2014</u> Estabelece procedimentos para acesso e utilização do Portal do Observatório da Despesa Pública pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.</p>

	<p>SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS (SDH) ↳ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) <u>RESOLUÇÃO Nº 166, DE 5 DE JUNHO DE 2014</u> Dispõe sobre a convocação da X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.</p> <p>SECRETARIA DE PORTOS (SEP) <u>PORTARIA Nº 206, DE 11 DE JULHO DE 2014</u> Altera o Anexo I da Portaria SEP/PR nº 03, de 07 de janeiro de 2014, que estabelece as diretrizes para a elaboração e revisão dos instrumentos de planejamento do setor portuário - Plano Nacional de Logística Portuária - PNLP e respectivos Planos Mestres, Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ e Plano Geral de Outorgas - PGO.</p> <p>↳ Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) <u>RESOLUÇÃO Nº 3.524, DE 17 DE JULHO DE 2014</u> [...] Art. 1º Alterar os artigos 1º, 2º e 3º e os Anexos I e III e inserir o Anexo IV na Resolução nº 442, de 7 de junho de 2005, que DETERMINA A TODOS OS PORTOS MARÍTIMOS E FLUVIAIS E TERMINAIS PORTUÁRIOS AUTORIZADOS OU ARRENDADOS A AFIXAÇÃO DE PLACA COM O OBJETIVO DE INFORMAR AOS USUÁRIOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO COM A ANTAQ, que passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º Os portos marítimos e fluviais e os terminais portuários autorizados ou arrendados ficam obrigados a afixar e manter permanentemente placa indicativa dos meios de comunicação dos usuários com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ via atendimento 0800 ou Internet, confeccionada de acordo com os padrões e cores estabelecidos nos Anexos I, II, III e IV desta Resolução. [...]</p>
<p>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 24, DE 15 DE JULHO DE 2014</u> [...] Art. 1º Estabelecer o procedimento administrativo a ser observado na exportação de animais vivos e materiais de multiplicação animal, exceto animais aquáticos.</p>
<p>Ministério da Defesa (MD)</p>	<p>COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER) ↳ Gabinete do Comandante (GABAER) <u>PORTARIA Nº 1.116/GC6, DE 11 DE JULHO DE 2014</u> Dispõe sobre as competências dos Agentes da Administração responsáveis pelo Planejamento, Gestão e Monitoramento dos Indicadores, Objetivos, Metas e Empreendimentos Individualizados como Iniciativas constantes do Plano Plurianual (PPA), bem como pelo Planejamento, Gestão e Acompanhamento da execução orçamentária das Ações constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA) e respectivos Planos Orçamentários, sob a responsabilidade do COMAER.</p> <p><u>PORTARIA Nº 1.097/GC5, DE 10 DE JULHO DE 2014</u> Revogação de Portaria. [...]</p>

	<p>Art. 1º Revogar a Portaria nº 402/GM5, de 18 de junho de 1998, que "Estende às Empresas de Transporte Aéreo de Âmbito Regional a possibilidade de execução de Serviços Internacionais Regulares", publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 1998, Seção 1, página 30. [...]</p> <p><u>PORTARIA Nº 1.096/GC5, DE 10 DE JULHO DE 2014</u> Revogação de Portarias. [...]</p> <p>Art. 1º Revogar as Portarias abaixo relacionadas: I - Portaria nº 104/GM5, de 24 de outubro de 1973, que "Transfere à Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, a jurisdição técnica, administrativa e operacional do Aeroporto Internacional de Brasília", publicada no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 1973, e a Portaria nº 786/GM5, de 4 de agosto de 1978, publicada no Diário Oficial da União de 10 de agosto de 1978; II - Portaria nº 534/GM5, de 25 de maio de 1977, que "Transfere à Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, a jurisdição técnica, administrativa e operacional dos Aeroportos Internacionais de Congonhas e Viracopos, localizados no Estado de São Paulo", publicada no Diário Oficial da União de 3 de junho 1977; e III - Portaria nº 21/GM5, de 7 de janeiro de 1985, que "Transfere à Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, a jurisdição técnica, administrativa e operacional do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos", publicada no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 1985. [...]</p>
<p>Ministério da Educação (MEC)</p>	<p>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEB) <u>PORTARIA Nº 23, DE 10 DE JULHO DE 2014</u> Autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE a realizar a transferência de recurso financeiro para a manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil aos municípios e ao Distrito Federal que pleitearam e estão aptos para pagamento, conforme Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013.</p>
<p>Ministério da Fazenda (MF)</p>	<p>BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) ↳ Diretoria Colegiada (DC) ↳ ↳ Diretoria de Política Monetária ↳ ↳ ↳ Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos <u>CARTA-CIRCULAR Nº 3.664, DE 10 DE JULHO DE 2014</u> Divulga relação das instituições financeiras pertencentes ao "Grupo A" e ao "Grupo B", para fins do recolhimento compulsório sobre recursos à vista.</p> <p>PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 11, DE 14 DE JULHO DE 2014</u> Altera a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 9, de 18 de outubro de 2013, que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil relativos ao IRPJ e à CSLL, decorrentes da aplicação do art. 74 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, na forma do art. 40 da Lei nº 12.865, de 9 de</p>

	<p>outubro de 2013.</p> <p>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.482, DE 17 DE JULHO DE 2014</u> Dispõe sobre a inclusão de débitos no pagamento à vista ou nos parcelamentos especiais de que trata a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 7, de 15 de outubro de 2013, nas situações em que especifica.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 1.480, DE 16 DE JULHO DE 2014</u> Altera a Instrução Normativa RFB/TSE nº 1.019, de 10 de março de 2010, que dispõe sobre atos, perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), dos comitês financeiros de partidos políticos e de candidatos a cargos eletivos, inclusive vices e suplentes.</p>
Ministério da Integração Nacional (MI)	<p>SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE) – Diretoria de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos <u>RESOLUÇÃO Nº 190, DE 3 DE JULHO DE 2014</u> Aprova adequação do projeto de titularidade da empresa Transnordestina Logística S/A que objetiva a construção e restauração da Ferrovia Transnordestina, em municípios dos Estados do Piauí, Ceará, Pernambuco e Alagoas, com o apoio financeiro do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE.</p>
Ministério da Justiça (MJ)	<p>SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (SENASP) <u>PORTARIA Nº 82, DE 16 DE JULHO DE 2014</u> Estabelece as Diretrizes sobre os procedimentos a serem observados no tocante à cadeia de custódia de vestígios.</p>
Ministério da Previdência Social (MPS)	<p>INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) <u>RESOLUÇÃO Nº 428, DE 16 DE JULHO DE 2014</u> Dispõe sobre as competências organizacionais do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.</p>
Ministério da Saúde (MS)	<p>SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS) <u>PORTARIA Nº 588, DE 17 DE JULHO DE 2014</u> Habilita estabelecimentos de saúde contemplados com Serviço de Atenção Domiciliar (SAD).</p>
Ministério das Comunicações (MC)	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL) – Conselho Diretor (CD) <u>RESOLUÇÃO Nº 640, DE 11 DE JULHO DE 2014</u> Aprova o Regulamento sobre Condições de Convivência entre os Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão do SBTVD e os Serviços de Radiocomunicação Operando na Faixa de 698 MHz a 806 MHz.</p>
Ministério de Minas e Energia (MME)	<p>AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP) <u>RESOLUÇÃO Nº 30, DE 19 DE MAIO DE 2014 (*)</u> [...] Art. 1º Fica aprovado o Regulamento Técnico do Plano de Avaliação</p>

	<p>de Descobertas de Petróleo ou Gás Natural, doravante denominado Plano ou PAD que, anexo à presente Resolução, define o objetivo, o conteúdo e a forma de apresentação do documento e define e especifica o conteúdo do Relatório Final de Avaliação de Descobertas de Petróleo e Gás Natural (RFAD).</p> <p>[...]</p> <p>(*) Republicada por ter saído no DOU de 20-5-2014, Seção 1, páginas 39 e 40, com incorreções no original.</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 47, DE 11 DE JULHO DE 2014</u> [...] Art. 1º Esta Portaria regulamenta e consolida os procedimentos a serem observados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA para a celebração, a tramitação e a gestão dos Projetos de Cooperação Técnica com organismos e agências internacionais, assim como as regras para a contratação de serviços de consultoria de pessoa física. [...]</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) <u>RETIFICAÇÃO</u> No Art. 5º da Instrução Normativa nº 78, de 13 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial do dia 26 de maio de 2014, Seção 1, onde se lê: "... Art. 5º As ações de capacitação deverão observar: as diretrizes institucionais do INCRA; o desenvolvimento das competências institucionais; I.as prioridades definidas pelo Comitê Gestor de Capacitação e o custo-benefício da ação de capacitação para a Autarquia (Portaria/INCRA/P nº 236/2012); [...]</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 198, DE 16 DE JULHO DE 2014</u> Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.</p> <p><u>PORTARIA Nº 197, DE 16 DE JULHO DE 2014</u> Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.</p>
<p>Ministério do Esporte (ME)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 151, DE 11 DE JULHO DE 2014</u> Institui a regulamentação dos projetos desportivos ou paradesportivos, que objetivam a construção, edificação, reformas ou quaisquer tipos de obra ou serviço de engenharia, operacionalizados pela Caixa Econômica Federal (CAIXA), no âmbito da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) e dá outras providências.</p>
<p>Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.080, DE 16 DE JULHO DE 2014</u> Altera a Norma Regulamentadora n.º 29 - Segurança e Saúde no Trabalho Portuário.</p>

	<p><u>PORTARIA Nº 1.078, DE 16 DE JULHO DE 2014</u> Aprova o Anexo 4 - Atividades e operações perigosas com energia elétrica - da Norma Regulamentadora n.º 16 - Atividades e operações perigosas.</p> <p>SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO (SPPE) ↳ Fórum permanente para qualificação do trabalhador portuário</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 17 DE JULHO DE 2014</u> Dispõe sobre o Regimento Interno do Fórum Permanente para Qualificação do Trabalhador Portuário.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 11 DE JULHO DE 2014</u> Institui o Grupo de Trabalho para construção da Política de Qualificação do Trabalhador Portuário.</p>
<p>Publicação DOE-SP</p>	<p>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</p>
<p>PUBLICAÇÃO DOE</p>	<p>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</p>
<p>18/07/2014</p>	<p><u>LEI Nº 15.518, DE 17 DE JULHO DE 2014</u> (Projeto de lei nº 611/13, do Deputado Jooji Hato – PMDB) Dispõe sobre instalação de câmeras de monitoramento e vigilância em áreas com incidência de ocorrências policiais</p> <p>MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 611, DE 2013</u> [...] De iniciativa parlamentar, a propositura torna obrigatória a instalação de câmeras de monitoramento e vigilância nas áreas com índice de ocorrências policiais no Estado de São Paulo e fixa o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a regulamentação da lei. [...] DOE, Seção I, 18/07/2014, p. 1</p> <p><u>DECRETO Nº 60.657, DE 17 DE JULHO DE 2014</u> Cria o 2º Batalhão de Ações Especiais de Polícia (2º BAEP), sediado em Santos, e altera o Decreto nº 60.175, de 25 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre a estruturação da Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá providências correlatas</p>
<p>17/07/2014</p>	<p><u>LEI Nº 15.517, DE 16 DE JULHO DE 2014</u> (Projeto de lei nº 692/13, da Deputada Maria Lúcia Amary - PSDB) Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exame de cardiocardiografia no Estado de São Paulo</p> <p><u>LEI Nº 15.501, DE 16 DE JULHO DE 2014</u> Institui a “Semana Estadual das Pessoas Vítimas de Violências no Estado de São Paulo”</p> <p>MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 874, DE 2013</u></p>

	<p>[...] De iniciativa parlamentar, a propositura determina que o Estado providenciará, sempre que solicitado, no documento de identidade de todas as pessoas com deficiência, independentemente do tipo de deficiência, que se enquadrarem no artigo 1ª da Lei Complementar nº 666, de 26 de novembro de 1991, a anotação "PESSOA COM DEFICIÊNCIA", complementada do tipo de deficiência (artigo 1º). DOE, Seção I, 17/07/2014, p. 3</p> <p><u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 448, DE 2008</u> [...] De origem parlamentar, a propositura obriga os prestadores de serviço de chaveiro a se cadastrarem no órgão competente a ser designado pelo Poder Executivo (artigo 1º) e relaciona as exigências a serem cumpridas pelas pessoas físicas e jurídicas dedicadas à atividade (artigos 2º a 6º), inclusive pagamento de taxa e recolhimento de contribuição patronal (artigo 2º, "caput" e inciso I, alínea "h"). DOE, Seção I, 17/07/2014, p. 3</p> <p><u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 371, DE 2014</u> [...] De origem parlamentar, a propositura torna obrigatória nas redes hospitalares públicas e privadas no Estado de São Paulo e nos prontos atendimentos a adoção das metas internacionais de segurança do paciente, lançadas pela Organização Mundial de Saúde em 2005 (artigo 1º). [...] DOE, Seção I, 17/07/2014, p. 3</p> <p><u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 505, DE 2011</u> [...] A propositura, de origem parlamentar, objetiva denominar "Carlos Venturini" o trevo localizado no km 585,443 da Rodovia Euclides da Cunha – SP 320, no Município de Jales. [...] DOE, Seção I, 17/07/2014, p. 3</p>
<p>16/07/2014</p>	<p><u>DECRETO Nº 60.651, DE 15 DE JULHO DE 2014</u> Institui, junto à Secretaria do Meio Ambiente, o Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 60.650, DE 15 DE JULHO DE 2014</u> Altera o Decreto nº 55.217, de 21 de dezembro de 2009, que regulamenta a Lei Complementar nº 1.097, de 27 de outubro de 2009, que institui o sistema de promoção para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 60.649, DE 15 DE JULHO DE 2014</u> Altera o Decreto nº 55.143, de 10 de dezembro de 2009, que regulamenta a remoção de cargos dos integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 60.648, DE 15 DE JULHO DE 2014</u> Dá nova redação ao artigo 6º do Decreto nº 60.090, de 23 de janeiro de 2014, que estabelece os critérios relativos à avaliação dos resultados institucionais e os parâmetros para fins de atribuição do Prêmio de Incentivo à Produtividade - PIP aos servidores ferroviários</p>

	<p>em exercício na Estrada de Ferro Campos do Jordão, regulamenta o Comitê de Recursos Humanos e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 60.647, DE 15 DE JULHO DE 2014</u> Institui, no âmbito do Programa São Paulo Contra o Crime, Grupo de Trabalho para os fins que especifica e dá providências correlatas</p>
15/07/2014	<p><u>DECRETO Nº 60.646, DE 14 DE JULHO DE 2014</u> Altera o Decreto nº 47.907, de 24 de junho de 2003, que regulamenta a Lei nº 11.248, de 4 de novembro de 2002, que cria o Conselho Estadual de Política Energética – CEPE</p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Agricultura e Abastecimento (SAA)	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) – Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP) <u>DELIBERAÇÃO CO-11, DE 17-07-2014</u> Estabelece os critérios, condições e limites globais e individuais da subvenção para o Projeto Financiamento do Custeio Agropecuário Arelado a Contrato de Opção - Ano Agrícola 2014/2015</p> <p><u>DELIBERAÇÃO CO-10, DE 17-07-2014</u> Aprova alterações para o Projeto de Turismo Rural</p> <p><u>DELIBERAÇÃO CO-9, DE 17-07-2014</u> Aprova alterações para o Projeto Piscicultura em Tanques-Rede</p> <p><u>DELIBERAÇÃO CO- 8, DE 17-7-2014</u> Aprova limites de recursos para as linhas de crédito</p>
Casa Civil (CC)	<p>CASA MILITAR (CMil) <u>RESOLUÇÃO CMIL 6-610 - CEDEC, DE 11-7-2014</u> Substituição, extinção e designação de coordenadores regionais e adjuntos de Defesa Civil no Estado de São Paulo</p>
Cultura (SC)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SC Nº 70, DE 17 DE JUNHO DE 2014</u> Redefine a área envoltória do Parque do Povo, bem tombado pelo Condephaat através da Resolução SC 24/95, publicada no DOE de 06/06/1995</p>
Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)	<p>CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) – Conselho Deliberativo (CD) <u>DELIBERAÇÃO CEETEPS Nº 008, DE 10-7-2014</u> Regulamenta as atribuições dos empregos públicos, abrangidos pelo Plano de Carreira, de Empregos Públicos e Sistema Retribuítorio, de que trata o artigo 40 da Lei Complementar nº 1.044, de 13 de maio de 2008, alterada pela Lei Complementar nº 1.240, de 22 de abril de 2014 e dá providências correlatas</p>

<p>Desenvolvimento Social (SEDS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDS-018, DE 16-7-2014</u> Regulamenta o repasse do valor do subsídio do Restaurante Popular Bom Prato-Unidade Campos Elíseos; jantar de segunda a sexta-feira, refeições aos sábados, domingos e feriados e o horário de funcionamento para fornecimento destas refeições, conforme previsto nos Decretos nº 45.547, de 26 de dezembro de 2000 e alterado pelo Decreto nº 57.293, de 31/08/2011</p> <p>CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CONSEAS) <u>DELIBERAÇÃO CONSEAS/SP Nº 18/2014</u> Dispõe sobre a aprovação do Plano Estadual de Capacitação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS</p>
<p>Educação (SE)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE-36, DE 1º-7-2014</u> Dispõe sobre a Evolução Funcional, pela via não acadêmica, dos integrantes do Quadro do Magistério</p>
<p>Fazenda (SF)</p>	<p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) – Diretoria de Informações (DI) <u>COMUNICADO</u> Nos termos do artigo 5º da Portaria CAT-95/06, os contribuintes adiante indicados ficam notificados da suspensão da eficácia das respectivas inscrições estaduais, por ato do Chefe do Posto Fiscal a que se vinculam, em razão da inatividade presumida por omissão consecutiva na entrega de GIAs relativas às referências fevereiro, março e abril de 2014. [...]</p>
<p>Gestão Pública (SGP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SGP Nº 27, DE 16-7-2014</u> Dispõe sobre o Inventário de Desenvolvimento, para fins de progressão aos servidores integrantes das classes abrangidas pela Lei Complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008</p>
<p>Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC)</p>	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÕES DE 18-7-2014</u> SJDC nº 29 (Processo SJDC 270.561/2006) Altera a Resolução SJDC nº 17, de 11 de março de 2014(*) (*) <i>Referente a Comissão Estadual para Assuntos Referentes a Bens Apreendidos pelo tráfico de Drogas – COMBAT</i></p> <p><u>RESOLUÇÕES DE 18-7-2014</u> SJDC nº 28 (Processo SJDC 274.836/2010) Revoga a Resolução SJDC nº 055, de 26 de junho de 2013, que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas - CONED</p>
<p>Meio Ambiente (SMA)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA 062, DE 14-07-2014 (*)</u> Dispõe sobre a estrutura e composição do Grupo de Trabalho e Acompanhamento de Projetos Estratégicos - GTAPE, instituído pela</p>

	<p>Resolução SMA 85, de 13-09-2013, e dá outras providências (*) <i>Republicada por conter incorreções</i></p> <p><u>RESOLUÇÃO SMA 62, DE 14-07-2014 - REPUBLICADA</u> Dispõe sobre a estrutura e composição do Grupo de Trabalho e Acompanhamento de Projetos Estratégicos – GTAPE, instituído pela Resolução SMA 85, de 13-09-2013, e dá outras providências</p> <p><u>RESOLUÇÃO SMA 61, DE 14-07-2014</u> Fixa procedimento para celebração dos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental, e aprova os respectivos modelos, bem como os modelos dos Termos de Quitação Parcial e Definitivo de Compensação Ambiental, conforme estabelecido pelo Decreto 60.070, de 15-01-2014</p>
<p>Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SPDR Nº 11, DE 17-7-2014</u> Institui comissão da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional para apuração de indicadores para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar na 1.079, de 17 de dezembro de 2008</p>
<p>Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS – 92, DE 14-7-2014</u> Estabelece a transferência, mediante adesão municipal, de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referente a ações de Atenção Básica à População Privada de Liberdade e dá providências correlatas.</p>
<p>Segurança Pública (SSP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP- 87, DE 16-7-2014 (REPUBLICAÇÃO*)</u> Constitui Grupo de Trabalho na Polícia Militar para Análise, Prevenção e Repressão a Crimes Contra o Patrimônio e dá outras providências (*) <i>Publicada novamente por ter saído com incorreções</i></p> <p><u>RESOLUÇÃO SSP- 86, DE 16-7-2014 (REPUBLICAÇÃO*)</u> Constitui Grupo de Trabalho na Polícia Civil para Análise, Prevenção e Repressão a Crimes Contra o Patrimônio e dá outras providências (*) <i>Publicada novamente por ter saído com incorreções</i></p> <p><u>RESOLUÇÃO SSP-87, DE 16-7-2014 (REPUBLICADO)</u> Constitui Grupo de Trabalho na Polícia Militar para Análise, Prevenção e Repressão a Crimes Contra o Patrimônio e dá outras providências</p> <p><u>RESOLUÇÃO SSP-86, DE 16-7-2014 (REPUBLICADO)</u> Constitui Grupo de Trabalho na Polícia Civil para Análise, Prevenção e Repressão a Crimes Contra o Patrimônio e dá outras providências</p> <p><u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SAP/SSP-001, DE 15-7-2014</u> Constitui Grupo Especial de Trabalho com o fim de estudar e propor a expansão da infraestrutura do Sistema Digital de Radiocomunicação da Polícia Civil do Estado de São Paulo – PC, da Secretaria da Segurança Pública - SSP para as redes de telecomunicações da Secretaria da Administração Penitenciária – SAP, diante da implantação da escolta de pessoas presas em todo</p>

	<p>território estadual pela SAP</p> <p><u>RESOLUÇÃO SSP-84, DE 14-07-2014</u> Constitui Grupo de Controle e Destinação das Armas de Fogo e Munições e dá outras providências</p> <p>POLÍCIA MILITAR DO ESTADO (PMESP) ↳ Comando Geral (CG)</p> <p><u>PORTARIA DO CMT G PM3-001-2-14, DE 30-6-14</u> Estabelece normas para a realização de vistoria prévia em edificações e recintos onde são realizados espetáculos públicos, visando ao fornecimento de policiamento ostensivo-preventivo, bem como sobre as orientações gerais para o recolhimento da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos</p>
Universidade de São Paulo (USP)	<p>REITORIA ↳ Pró-Reitorias ↳ ↳ Pró-Reitoria de Graduação (PRG)</p> <p><u>RESOLUÇÃO COG 6833, DE 14-7-2014</u> Estabelece normas para o Concurso Vestibular de 2015 da Universidade de São Paulo e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO COG 6834, DE 15-7-2014</u> Estabelece normas para o Concurso Vestibular de 2015 do Curso de Licenciatura em Ciências - modalidade EaD (semipresencial) - e dá outras providências</p>
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	<p>REITORIA</p> <p><u>RESOLUÇÃO UNESP-59, DE 10-7-2014</u> Regulamenta os Cursos de Extensão Universitária ministrados na UNESP</p> <p><u>RESOLUÇÃO UNESP-61, DE 15-7-2014</u> Altera dispositivos do Estatuto da UNESP</p>
Defensoria Pública do Estado (DPE)	<p>ASSESSORIA DE CONVÊNIOS</p> <p><u>RESOLUÇÃO CONJUNTA DPESP/IMESC 1, DE 26-6-2014</u> Disciplina o procedimento para solicitação de perícias de investigação de vínculo genético "post mortem", por intermédio do processamento de amostras exumadas de pessoas falecidas em ações de natureza cível, nos casos em que o ônus da prova for atribuído a parte beneficiária da assistência judiciária gratuita.</p> <p>DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO NORMATIVO Nº 15, DE 28-5-2009 (CONSOLIDADO)</u> Define os padrões de lotação dos locais de atuação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo</p>
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
16/07/2014	<p>TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) <u>COMUNICADO SDG Nº 020/2014</u> O Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ – órgão do Ministério</p>

	<p>da Justiça, criado pela Lei nº 8.159, de 1991 solicita o apoio deste e de outros Tribunais de Contas no sentido de “que cada município crie em sua estrutura administrativa o seu arquivo público municipal”.</p> <p>Este Tribunal associa-se integralmente à iniciativa, a uma por se tratar de mecanismo de resgate da história do Município e a duas por configurar instrumento de essencial valia ao exercício da cidadania. Afinal, a criação dos arquivos municipais comporá o conjunto de normas que cuidam da transparência dos atos da administração pública, sejam aqueles da Lei da Responsabilidade Fiscal, da Lei Complementar nº 131, de 2009 e, mais recentemente, da Lei do Acesso à Informação – Lei nº 12.527, de 2011.</p> <p>Engajada nessa tarefa, esta Corte de Contas fez incluir nos seminários que realiza com agentes políticos e dirigentes municipais, no tema “Transparência da Administração Pública”, tópico específico conclamando a estruturação de arquivos municipais.</p> <p>SDG, 15 de julho de 2014.</p> <p>SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL</p>
<p>Publicação DO - Cidade</p>	<p>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</p>
<p>19/07/2014</p>	<p>LEI Nº 16.047, DE 18 DE JULHO DE 2014 (PROJETO DE LEI Nº 176/14, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015.</p>
<p>18/07/2014</p>	<p>DECRETO Nº 55.309, DE 17 DE JULHO DE 2014 Regulamenta a Lei nº 15.960, de 8 de janeiro de 2014, que institui o Serviço de Assistência Psicológica ao Estudante na Rede Municipal de Ensino.</p>
<p>15/07/2014</p>	<p>LEI Nº 16.025, DE 14 DE JULHO DE 2014 (PROJETO DE LEI Nº 476/12, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Dispõe sobre a desincorporação da classe dos bens de uso comum do povo das áreas municipais que especifica; autoriza a concessão administrativa de uso de área municipal situada na confluência das Avenidas do Estado e Mercúrio, Distrito da Sé, ao Serviço Social do Comércio – SESC/SP; altera disposições da Lei nº 15.878, de 18 de outubro de 2013.</p> <p>DECRETO Nº 55.290, DE 14 DE JULHO DE 2014 Estabelece, em caráter excepcional e por tempo determinado, forma e condições específicas para a concessão, aos servidores municipais, da licença prevista no artigo 138, inciso I, da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979, quando recomendada por médico no Hospital do Servidor Público Municipal – HSPM.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107